

LEVANTAMENTO DOS MARCOS LÓGICOS E LEGAIS DO SUAS

1. Marcos Lógicos

NORMATIVAS INTERNACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
<u>DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS</u>	1948	Lista os direitos e deveres fundamentais de todo ser humano.
<u>Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem</u>	1948	Resolução XXX, Ata Final, aprovada na IX Conferência Internacional Americana, em Bogotá, em abril de 1948. Cita os direitos essenciais do homem, que os Estados americanos devem reconhecer.
<u>DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA</u>	1959	Estabelece direitos universais das crianças.
<u>CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA</u>	1989	Adotada pela Resolução n.º L. 44 (XLIV) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990. Enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais – os direitos civis e políticos, e também os direitos econômicos, sociais e culturais – de todas as crianças, bem como as respectivas disposições para que sejam aplicados.
<u>DECLARAÇÃO DE VIENA E PROGRAMA DE AÇÃO</u>	1993	Reafirma o empenho de todos os Estados em cumprirem as suas obrigações no tocante à promoção do respeito universal, da observância e da proteção de todos os direitos do homem e liberdades fundamentais para todos, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, com outros instrumentos relacionados com os Direitos do homem e com o direito internacional.
<u>PROTOCOLO DE SAN SALVADOR</u>	1998	Protocolo Adicional à Convenção Interamericana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

MARCOS NACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
<u>PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS I</u>	1996	O Programa enumera as propostas de ações governamentais, a fim de fortalecer a democracia, promover e aprimorar o sistema de proteção aos direitos humanos.
<u>PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS II</u>	2002	Atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos. O PNDH II deixa de circunscrever as ações propostas a objetivos de curto, médio e longo prazo, e passa a ser implementado por meio de planos de ação anuais, os quais definirão as medidas a serem adotadas, os recursos orçamentários destinados a financiá-las e os

MARCOS NACIONAIS		
		órgãos responsáveis por sua execução.
Política Nacional de Assistência Social	2004	Consolida as disposições da NOB/SUAS e estabelece a gestão da Assistência Social.
Norma Operacional Básica – NOB/SUAS	2005	Disciplina a operacionalização da gestão da PNAS.
Manual de Orientação Técnica – demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS	2005	Objetiva orientar os gestores, técnicos e conselheiros estaduais, do Distrito Federal e municipais da Assistência Social, quanto ao preenchimento do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira 2005 do SUAS, via SUAS-Web.
Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Orientações técnicas para o Centro de Referência em Assistência Social.	2006	Apresenta orientações técnicas para a implantação do CRAS, dos serviços, ações, benefícios, projetos e programas nele desenvolvidos, com destaque para o PAIF.
Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS	2006	A Norma visa, à consolidação da Assistência Social como uma política pública e à garantia da ampla participação da sociedade civil nessa consolidação.
Centro de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS. Guia de orientação nº 1	s/d	Guia para subsidiar Estados e municípios na implantação e implementação dos CREAS. Conteúdo: organização e gestão dos CREAS; co-financiamento do MDS; serviços oferecidos; instalações físicas; composição, formação e capacitação da equipe que atua nos serviços elencados; monitoramento e avaliação dos processos de trabalho implementados.

2. Marcos Legais

Tipo	Ident.	Data	órgão	Ementa
Constituição Federal do Brasil		05/10/88	Assembléia Nacional Constituinte	Conjunto de normas, regras e princípios supremos do ordenamento jurídico do país.
Lei	7853	24/10/89	PR	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências
Lei	8.069	13/07/90	PR	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outras providências.

Tipo	Ident.	Data	órgão	Ementa
Lei	8.742	07/12/93	PR	Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. (LOAS)
Decreto	1.605	25/08/95	PR	Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 07/12/1993.
Decreto	1948	03/07/96	PR	Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências.
Decreto	2529	25/03/98	PR	Dispõe sobre a transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, para os fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais, e sua respectiva prestação de contas, na forma estabelecida na Lei no 9.604, de 5 de fevereiro de 1998.
Resolução	207	16/12/98	CNAS	Aprova por unanimidade a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB2.
Resolução	53	04/03/99	CNAS	Aprova a extensão dos prazos previstos no item VIII - Disposições Transitórias, da NOB-2, de 90 para 120 dias, para que os Municípios possam adequar-se às disposições da NOB-2.
Portaria	5153	07/04/99	MPAS/ MS	Institui o Programa Nacional de Cuidadores de Idosos.
Decreto	3298	20/12/99	PR	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
Decreto	3613	27/09/00	PR	Acrescenta dispositivo ao Decreto N 1.605, de 25 de agosto de 1995, que regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social.
Lei	10741	01/10/03	PR	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
Decreto	5003	04/03/04	PR	Dispõe sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, e dá outras providências.
Decreto	5007	08/03/04	PR	Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil.
Decreto	5017	12/03/04	PR	Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.
Portaria	78	08/04/04	MDS	Estabelece diretrizes e normas para a implementação do "Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)" e dá outras providências.
Decreto	5085	19/05/04	PR	Define as ações continuadas de assistência social.
Decreto	5109	17/06/04	PR	Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, e dá outras providências.
Resolução	145	15/10/04	CNAS	Aprova a Política Nacional de Assistência Social.
Resolução	130	15/07/05	CNAS	Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS.
Portaria	385	23/07/05	MDS	Estabelece regras complementares de transição e expansão dos serviços socioassistenciais co-financiados pelo Governo Federal, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - SUAS para o exercício de 2005.
Portaria	440	23/08/05	MDS	Regulamenta os Pisos da Proteção Social Especial estabelecidos pela Norma Operacional Básica – NOB/SUAS,

Tipo	Ident.	Data	órgão	Ementa
				sua composição e as ações que financiam.
Portaria	442	26/08/05	MDS	Regulamenta os Pisos da Proteção Social Básica estabelecidos pela Norma Operacional Básica - NOB/ SUAS, sua composição e as ações que financiam.
Resolução	03	29/08/05	MDS/CIT	Considera a Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes como referência.
Portaria	666	28/12/05	MDS	Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
Instrução Operacional Conjunta	01	14/03/06	MDS/ SNAS/ SENARC	Divulga aos municípios orientações sobre a operacionalização da integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no que se refere à inserção, no Cadastro Único, das famílias beneficiárias do PETI e famílias com crianças/adolescentes em situação de trabalho.
Portaria	137	25/04/06	MDS	Estabelece normas de Cooperação técnica e financeira de Projetos para Estruturação da Rede de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social em 2006.
Portaria	138	25/04/06	MDS	Estabelece normas para o co-financiamento de projetos de Estruturação da Rede dos Serviços Socioassistenciais de Alta Complexidade da Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS
Decreto	6.214	28/09/07	PR	Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.